



## A AVALIAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

### EDUCATIONAL ASSESSMENT IN ESPÍRITO SANTO: A MANAGEMENT INSTRUMENT FOR LEARNING

**Bianca Silva Santana**<sup>1</sup>

Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU-ES)

**Caroline Barbosa Faria Ferreira**<sup>2</sup>

Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU-ES)

**Cláudia Márcia Marily Ferreira**<sup>3</sup>

Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU-ES)

**Carolina Martins de Siqueira Barbosa**<sup>4</sup>

Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU-ES)

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre as concepções teóricas de avaliação educacional — diagnóstica, formativa e somativa — e sua materialização nas políticas públicas do Espírito Santo, com foco no Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb). O estudo fundamenta-se em autores que compreendem a avaliação como prática pedagógica, social e política, voltada à regulação das aprendizagens e à melhoria do ensino, como Luckesi, Hoffmann e Perrenoud. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, investiga-se de que modo instrumentos como a Avaliação Diagnóstica, a Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA), o Paebes/Paebes Alfa, a Avaliação de Fluência em Leitura e a Autoavaliação Socioemocional contribuem para o monitoramento da aprendizagem e para o planejamento pedagógico das escolas. Os resultados evidenciam que as avaliações externas, quando articuladas ao currículo e às práticas avaliativas internas, oferecem subsídios relevantes para professores, gestores e equipes pedagógicas, favorecendo intervenções alinhadas às necessidades reais dos estudantes. Conclui-se que o Espírito Santo tem avançado na construção de uma política avaliativa integrada e orientada por princípios formativos, embora persistam desafios relacionados à apropriação pedagógica dos resultados pelas escolas, ao uso qualificado dos dados e à consolidação de uma cultura avaliativa comprometida com processos contínuos de tomada de decisão e com o direito à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Avaliação Educacional, Políticas Públicas, SICAEB, Aprendizagem

**Abstract:** This article examines the relationship between theoretical conceptions of educational assessment—diagnostic, formative, and summative—and their implementation in public policy in the state of Espírito Santo, with particular emphasis on the Espírito Santo Basic Education Assessment System (SICAEB). The study draws on scholars who conceptualize assessment as a pedagogical, social,

<sup>1</sup> Email: [bssantana@sedu.es.gov.br](mailto:bssantana@sedu.es.gov.br)  
<http://lattes.cnpq.br/6815172808985943>

<sup>2</sup> Email: [carolbarbosaf@yahoo.com.br](mailto:carolbarbosaf@yahoo.com.br)  
<http://lattes.cnpq.br/3734032361945707>

<sup>3</sup> Email: [claudia.marily@gmail.com](mailto:claudia.marily@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/5067105535003134>

<sup>4</sup> Email: [carolinamsb@gmail.com](mailto:carolinamsb@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/2011983203652385>

and political practice oriented toward the regulation of learning processes and the improvement of teaching, notably Luckesi, Hoffmann, and Perrenoud. Based on bibliographical and documentary research, the analysis investigates how instruments such as the Diagnostic Assessment, the Learning Monitoring Assessment (AMA), Paebs/Paebs Alfa, the Reading Fluency Assessment, and the Socioemotional Self-Assessment contribute to the monitoring of student learning and to pedagogical planning at the school level. The findings suggest that large-scale assessments, when coherently articulated with the curriculum and with schools' internal assessment practices, provide meaningful support for teachers, school leaders, and pedagogical teams, fostering data-informed interventions aligned with students' actual learning needs. The study concludes that Espírito Santo has advanced in constructing an integrated assessment policy guided by formative principles. Nonetheless, persistent challenges remain concerning schools' pedagogical appropriation of assessment results, the effective and qualified use of data, and the consolidation of an assessment culture committed to continuous decision-making processes and to the guarantee of the right to learn.

**Keywords:** Educational assessment; Public policy; SICAEB; Learning.

## 1. Introdução

Discutir avaliação na contemporaneidade é revisitar um dos temas mais complexos e sensíveis da prática pedagógica. Ao mesmo tempo em que a avaliação é indispensável para compreender o processo de ensino e aprendizagem, também carrega consigo tensões históricas: ora associada à função classificatória e seletiva, ora concebida como um instrumento de promoção da aprendizagem e da inclusão.

A avaliação escolar, conforme observa Perrenoud (1999), é uma prática relativamente recente na história da educação, surgida com o desenvolvimento dos colégios, a partir do século XVII, e consolidada com a expansão do ensino de massa nos séculos seguintes. Desde então, tornou-se um tema que desperta controvérsias e paixões, pois envolve julgamentos sobre o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, questões de mérito, desigualdade e reconhecimento. O autor destaca que, ao longo do tempo, nunca houve consenso sobre os modos de avaliar nem sobre os critérios adotados, uma vez que as práticas avaliativas tendem a refletir tensões sociais, culturais e emocionais, tanto entre alunos quanto entre famílias e instituições de ensino. Sobre essa questão, o autor afirma:

A avaliação inflama necessariamente as paixões, já que estigmatiza a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros. Quando resgatam suas lembranças de escola, certos adultos associam a avaliação a uma experiência gratificante, construtiva; para outros, ela evoca, ao contrário, uma sequência de humilhações. Tornando-se pais, os antigos alunos têm a esperança ou o temor de reviver as mesmas emoções através de seus filhos. As questões que envolvem a avaliação escolar, no registro narcísico, tanto naquele das relações sociais quanto no que diz respeito às suas conseqüências (orientação, seleção, certificação), são demasiado abrangentes: para que algum sistema de notação ou de exame alcance unanimidade duradoura. Há sempre alguém para denunciar a severidade ou o laxismo, a arbitrariedade, a incoerência ou a falta de transparência dos procedimentos ou dos critérios de avaliação (PERRENOUD, 1999, p. 9).

Nessa perspectiva histórica e conceitual, compreender a avaliação no contexto brasileiro exige observar também como as políticas educacionais incorporaram essa prática como instrumento de gestão e responsabilização. No Brasil, a ampliação das avaliações em larga escala as transformou em um importante mecanismo de diagnóstico, monitoramento e gestão das redes de ensino. No entanto, essa expansão trouxe novos desafios: como garantir que os resultados das avaliações externas dialoguem efetivamente com o cotidiano das escolas e contribuam para o aprimoramento das práticas docentes? Como conciliar a função reguladora da política com a função formativa da avaliação?

Essas questões se tornam particularmente relevantes no contexto do Espírito Santo, que, ao longo dos últimos anos, estruturou o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb) (ESPÍRITO SANTO, 2025, p.53) composto pela Avaliação Diagnóstica, pela Avaliação da Fluência em Leitura, pela Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA) e pelo Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). Tal sistema busca integrar diferentes instrumentos avaliativos com o propósito de gerar informações que apoiem a aprendizagem dos estudantes e subsidiem o planejamento pedagógico das escolas. Trata-se, portanto, de uma experiência que expressa, em nível estadual, o esforço de materializar concepções contemporâneas de avaliação comprometidas com o desenvolvimento integral do aluno.

Neste artigo, propõe-se analisar a relação entre as concepções teóricas de avaliação e as práticas institucionais implementadas pelo estado do Espírito Santo, discutindo em que medida as avaliações externas podem constituir-se em instrumentos de gestão da aprendizagem. Parte-se da compreensão de que a avaliação é, antes de tudo, uma prática social e política (Luckesi, 2011; Hoffmann, 2018; Perrenoud, 1999), que reflete concepções de educação e de sociedade. Assim, investigar o modo como o Espírito Santo vem concebendo e operacionalizando suas políticas avaliativas permite compreender os avanços obtidos e, sobretudo, refletir sobre os desafios persistentes na construção de uma cultura avaliativa relevante para a sala de aula.

## **2. Fundamentos teóricos da avaliação**

De acordo com Luckesi (2005), avaliar não se limita à aplicação de provas ou atribuição de notas, mas constitui um processo rigoroso e contínuo de acompanhamento da aprendizagem. É por meio desse processo que o professor identifica o que foi ou não assimilado pelos estudantes, orientando novas intervenções pedagógicas para que as dificuldades sejam superadas e a aprendizagem se efetive.

Nessa mesma perspectiva, Haydt (2006) reforça que educar é formar, enquanto aprender consiste em construir o próprio saber. A avaliação, portanto, assume uma dimensão mais ampla, ao permitir verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos, bem como acompanhar os avanços na construção do conhecimento. Assim, evidencia-se o caráter pedagógico da avaliação, que cumpre diversas funções, entre as quais se destacam:

- *Conhecer os estudantes:* por meio de um diagnóstico inicial, o professor identifica competências já desenvolvidas e fragilidades a serem trabalhadas, determinando os conhecimentos e habilidades que precisam ser retomados antes de avançar.
- *Detectar as dificuldades de aprendizagem:* as avaliações ajudam a identificar os obstáculos enfrentados pelos estudantes e a compreender suas possíveis causas.
- *Verificar o alcance dos objetivos educacionais:* ao longo do processo, o professor analisa se as metas e habilidades previstas estão sendo atingidas, decidindo se é possível avançar no currículo ou se é necessário retomar conteúdo.
- *Aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem:* os dados obtidos por meio da avaliação permitem medir o progresso dos estudantes e refletir sobre a prática docente.
- *Promover os estudantes:* em sistemas seriados, a avaliação também tem uma dimensão classificatória, ao subsidiar a atribuição de notas ou conceitos para fins de promoção.

Além dessas funções, as avaliações desempenham um papel de feedback, permitindo que o estudante reconheça seus avanços e suas dificuldades, desenvolva a autorreflexão e construa autonomia sobre o próprio processo de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação torna-se um instrumento de regulação e aprimoramento contínuo, tanto para o aluno quanto para o professor. Com base nesses fundamentos, é possível compreender que a avaliação assume múltiplas dimensões no contexto educacional. Se, de um lado, ela se realiza no interior da sala de aula, mediando o processo de ensino e aprendizagem por meio de instrumentos e práticas conduzidas pelo professor, de outro, ela também se manifesta em larga escala, quando aplicada por sistemas de ensino com o propósito de diagnosticar e monitorar o desempenho dos estudantes e das redes escolares. Essa distinção permite diferenciar a avaliação interna da avaliação externa, sobre as quais falaremos mais adiante.

### **3. Metodologia**

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com objetivo descritivo-analítico. A abordagem adotada fundamenta-se em

referenciais teóricos da avaliação educacional que compreendem a avaliação como prática pedagógica, social e política, especialmente a partir das contribuições de Luckesi, Hoffmann e Perrenoud.

O corpus da pesquisa é constituído por produções científicas (livros e artigos) e por documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, incluindo portarias, matrizes de referência, relatórios técnicos e materiais orientadores das avaliações que compõem o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb).

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo de natureza temática (Bardin, 2016), buscando identificar convergências e tensões entre as concepções teóricas de avaliação e a operacionalização das políticas avaliativas no contexto capixaba. Para tanto, foram consideradas categorias analíticas previamente definidas, tais como: funções da avaliação (diagnóstica, formativa e somativa), uso pedagógico dos resultados, articulação com o currículo e desafios na apropriação dos dados pelas escolas.

#### **4. Discussão - Tipos de Avaliações**

##### **Avaliações Internas**

As avaliações internas são elaboradas e aplicadas pela própria escola — geralmente pelo professor — com o objetivo de identificar o que os alunos aprenderam. De acordo com Luckesi (2011), esse tipo de avaliação deve ser compreendido como um processo contínuo, diagnóstico e inclusivo, que visa à promoção da aprendizagem, e não à simples classificação dos estudantes. Hoffmann (2014) ressalta que a avaliação é parte integrante do processo educativo, em diálogo permanente com a prática docente. Para a autora, avaliar significa acompanhar, interpretar e intervir, e não apenas registrar resultados, o que torna a avaliação uma ação mediadora e reflexiva.

Por serem elaboradas e aplicadas no próprio contexto escolar, as avaliações internas permitem maior proximidade com a realidade dos alunos, já que o professor conhece as características de sua turma, podendo adaptar os instrumentos avaliativos conforme essa realidade. Além disso, possibilitam o acompanhamento contínuo da aprendizagem, permitindo identificar avanços e dificuldades dos estudantes ao longo do processo. Nesse sentido, Perrenoud (1999) entende que a avaliação interna, quando articulada à prática pedagógica, constitui um instrumento de regulação da aprendizagem, permitindo ao professor intervir de modo mais preciso e aos alunos refletirem sobre seu próprio percurso formativo.

Destaca-se ainda a flexibilidade nos métodos, pois o professor pode utilizar diferentes estratégias — como provas, trabalhos, projetos e autoavaliações —, tornando o processo avaliativo mais dinâmico e significativo.

Por fim, a realização da avaliação interna favorece a integração entre ensino e avaliação, garantindo coerência entre os objetivos pedagógicos, o currículo e as metodologias adotadas.

### **Avaliações Externas**

As avaliações externas, cujo principal objetivo é certificar, credenciar, diagnosticar e prestar contas sobre o desempenho das redes e sistemas de ensino, são geralmente estruturadas com base em um sistema de avaliação e aplicadas de forma padronizada a um grande número de participantes, em sua maioria estudantes.

Ela é formulada, implementada e corrigida por agentes externos à escola. Também é conhecida como avaliação sistêmica ou avaliação em larga escala. Recebe o nome de “sistêmica” quando se refere a uma rede ou sistema de ensino e é chamada de “em larga escala” quando abrange um número expressivo de estudantes (Rocha, 2025).

As avaliações em larga escala podem ser realizadas de forma amostral ou censitária. Ela é censitária quando envolve toda ou a maior parte dos estudantes de um dado período escolar a que se destina e amostral quando é realizada apenas com uma parte dos estudantes das séries avaliadas (Esteves, 2025). O grupo avaliado necessita ter representatividade estatística, garantindo que os dados adquiridos e as análises conduzidas sejam considerados válidos para a totalidade da população.

Essas avaliações fornecem aos profissionais da educação informações sobre o estado do aprendizado dos educandos nas redes e escolas e, também, insights acerca de fatores associados ao desempenho medido, como informações das características socioeconômicas e a infraestrutura da escola. A utilização desses dados pode subsidiar o desenvolvimento de estratégias destinadas a aprimorar o processo ensino-aprendizagem.

A análise dos resultados das avaliações externas possibilita a construção de um panorama educacional no país, constituindo uma importante ferramenta na (re)formulação de políticas públicas para a área. Do ponto de vista político, essas avaliações contribuem para promover o direito básico de aprendizagem que deve ser garantido a todos os estudantes. Esses parâmetros são necessários para que as redes e as escolas possam delinear estratégias eficazes na promoção de uma Educação de qualidade.

É importante ressaltar que as avaliações externas não substituem as avaliações de aprendizagem elaboradas pelos próprios professores, tampouco representam todo o processo pedagógico. A

análise comparada das informações fornecidas pelas duas avaliações pode produzir elementos para subsidiar o trabalho desenvolvido internamente nas escolas. Ademais, cumpre destacar que, para uma avaliação mais abrangente, além de verificar os resultados obtidos por meio das avaliações externas, faz-se necessário articular esses resultados com outros dados e/ou fatores, como a taxa de distorção idade/série, o abandono escolar, o contexto da escola, a realidade dos estudantes, as condições de trabalho dos professores, dentre outros, a fim de realizar uma análise mais completa e robusta da escola e da rede de ensino.

Embora as avaliações externas tenham se consolidado como instrumentos estratégicos de regulação e planejamento das políticas educacionais, é importante compreender que os processos avaliativos, em qualquer nível de atuação, assumem diferentes funções pedagógicas. A depender de seus objetivos, as avaliações podem ser diagnósticas, formativas ou somativas.

### **Avaliações diagnósticas**

A avaliação diagnóstica tem como finalidade auxiliar na identificação do que os alunos já aprenderam e o que ainda não foi consolidado. Com base nesses resultados, o docente pode retomar conteúdos, replanejar suas estratégias de ensino, atender às necessidades identificadas e buscar o alcance dos objetivos estabelecidos. Essa modalidade de avaliação também visa a investigar os conhecimentos e experiências prévias dos estudantes, bem como verificar se eles possuem os pré-requisitos necessários para a construção de novos aprendizados.

De acordo com Luckesi (2005, p. 82), “a avaliação diagnóstica é a leitura da realidade para conhecer o estágio de desenvolvimento do educando, permitindo ao professor intervir no processo de forma adequada e oportuna”. Essa perspectiva reforça que a avaliação não deve ser vista como um instrumento de punição, mas como uma prática que orienta as ações pedagógicas.

Vale ressaltar que toda avaliação em si pode ser considerada diagnóstica, já que busca investigar determinada realidade, considerando que os dados coletados serão analisados e utilizados para planejamento. Nesse sentido, Hoffmann (2018, p. 44) acrescenta que “avaliar é investigar para compreender, e não simplesmente para classificar”, o que destaca o caráter investigativo e formativo da prática avaliativa.

Na Rede Estadual do Espírito Santo, realiza-se, no início de cada ano letivo, uma Avaliação Diagnóstica com o objetivo de identificar as aprendizagens e habilidades essenciais já desenvolvidas, bem como aquelas que ainda não foram consolidadas pelos estudantes, a fim de subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas ao longo do ano. Sobre esta avaliação, discorreremos na seção seguinte.

### **Avaliações formativas**

A avaliação formativa é entendida como um processo contínuo e integrado à rotina de ensino e aprendizagem, ocorrendo “no momento” em que se desenvolve o trabalho pedagógico em sala de aula. Seu caráter permanente permite que professores e estudantes colem informações sobre o progresso da aprendizagem e utilizem esses dados para ajustar as práticas pedagógicas de forma imediata.

Perrenoud (1999, p. 90) afirma que “a avaliação formativa visa ajustar continuamente o ensino às necessidades dos alunos, favorecendo a regulação das aprendizagens em tempo real”. Nessa mesma perspectiva, Haydt (2006, p. 37) ressalta que “a avaliação cumpre funções diagnósticas, formativas e somativas, sendo a formativa a que mais contribui para o crescimento do aluno, pois orienta o ensino e o aprendizado durante o processo”.

Para ser eficaz, a avaliação formativa deve ser planejada e organizada, de modo a fornecer dados relevantes que auxiliem nas decisões pedagógicas, potencializando o desenvolvimento das competências dos alunos (Wylie et al., 2013).

Dentre as avaliações externas no estado do Espírito Santo, a Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA) e a Avaliação da Fluência em Leitura são exemplos de avaliações formativas, e sobre elas falaremos de forma mais detalhada na próxima sessão.

### **Avaliações somativas**

As avaliações somativas são amplamente utilizadas nos sistemas educacionais para mensurar o grau de aprendizagem dos estudantes em um dado momento, especialmente ao final de um ciclo, unidade ou etapa. Conforme afirma Bloom, Hastings e Madaus (1971), esse tipo de avaliação tem como propósito principal verificar o alcance dos objetivos de aprendizagem previamente definidos, permitindo comparar desempenhos e emitir juízos de valor. Enquanto a avaliação formativa busca acompanhar o processo, a somativa se concentra nos resultados finais e na quantificação do aprendizado.

Segundo Luckesi (2011), a avaliação somativa tem caráter classificatório e seletivo, pois seu resultado geralmente é traduzido em notas, conceitos ou menções que definem a progressão do aluno. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 67) destaca que “a avaliação somativa sanciona a aprendizagem, atribuindo notas ou níveis que exprimem o grau de domínio alcançado”. Tal característica reforça o papel da avaliação como instrumento de certificação, prestação de contas e regulação dos sistemas educacionais.

Apesar de seu caráter classificatório, autores como Hoffmann (2009) defendem que a avaliação somativa não deve ser vista como oposta à formativa, mas como complementar, desde que seus resultados sejam interpretados de modo reflexivo e utilizados para subsidiar o replanejamento das práticas pedagógicas. Assim, quando bem conduzida, ela pode oferecer informações relevantes tanto para a escola quanto para os órgãos gestores sobre o desenvolvimento da aprendizagem em larga escala.

No Espírito Santo, o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa) constitui um exemplo de avaliação somativa, uma vez que seus resultados sintetizam o desempenho dos estudantes em larga escala e permitem à rede avaliar o alcance dos objetivos educacionais em nível macro.

### **O caso do Espírito Santo: o Sicaeb**

A Secretaria de Estado da Educação (Sedu) instituiu o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica - Sicaeb, em 2017, por meio da Portaria nº 064 - R. Após algumas reorganizações, essa portaria foi reestruturada pela Portaria nº 277-R, de 08 de outubro de 2025, e atualmente esse sistema compreende as seguintes avaliações externas estaduais: Avaliação Diagnóstica, Avaliação da Fluência em Leitura, Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA) e Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa). A rede estadual de ensino do Espírito Santo participa, também, de avaliações externas nacionais e internacionais, contudo, no presente artigo serão apresentadas informações apenas sobre as avaliações em âmbito estadual.

### **Avaliação Diagnóstica**

Segundo a Portaria nº 277-R, de 08 de outubro de 2025, a Avaliação Diagnóstica tem como finalidade identificar as aprendizagens e habilidades já desenvolvidas pelos estudantes, assim como aquelas que ainda precisam ser consolidadas. Além disso, visa orientar o planejamento dos gestores, das equipes pedagógicas das escolas, das Superintendências e da Secretaria, servindo como base para a elaboração de propostas de intervenção pedagógica ao longo do ano letivo.

Esta avaliação é aplicada, no início do ano letivo, aos estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a todas as séries do Ensino Médio. Os alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental realizam provas de Língua Portuguesa e Matemática, já os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio participam de avaliações que abrangem

diferentes componentes curriculares, conforme a organização de cada ano ou série, segundo a Tabela 1.

Tabela 1: Componentes curriculares da Avaliação Diagnóstica

<b>Componente Curricular</b>	<b>EF Anos Iniciais</b>	<b>EF Anos Finais</b>	<b>Ensino Médio</b>
Língua Portuguesa	X	X	X
Matemática	X	X	X
Ciências	--	X	--
História	--	X	X
Geografia	--	X	X
Física	--	--	X
Química	--	--	X
Biologia	--	--	X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para os estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais - 3º ao 5º ano - os testes são feitos no formato impresso. Para os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, os testes são, preferencialmente, realizados em formato digital - via plataforma.

As matrizes de referência da Avaliação Diagnóstica são documentos utilizados na elaboração dos itens que compõem os testes. Para sua construção, são considerados os seguintes documentos: os Currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Espírito Santo, de acordo com a série avaliada, o Mapa de Progressão e as Orientações Curriculares da Rede de Ensino do Espírito Santo, vigentes. Assim, são selecionadas as habilidades pré-requisitos - relacionadas aos anos/séries anteriores ao ano/série vigente - que são essenciais para a continuidade do processo de aprendizagem no ano/série atual do estudante. A partir dos resultados desta avaliação, os professores podem organizar seus planos de ensino e suas estratégias de ensino para o ano letivo.

Embora a Avaliação Diagnóstica se configure como um instrumento alinhado aos pressupostos da avaliação diagnóstica e formativa, ao buscar identificar habilidades prévias e orientar o planejamento pedagógico, sua potência pedagógica está diretamente condicionada ao modo como os resultados são apropriados pelas escolas. Sem tempo institucionalizado para análise coletiva e sem formação específica para leitura pedagógica dos dados, há o risco de que a avaliação se restrinja a um levantamento inicial de desempenho, esvaziando seu caráter regulador. Conforme aponta Luckesi (2011), a avaliação só cumpre sua função formativa quando orienta decisões pedagógicas concretas, o que exige mediação e intencionalidade docente.

### **Autoavaliação das Competências Socioemocionais**

A autoavaliação socioemocional é uma avaliação diagnóstica aplicada no início do ano letivo. Trata-se de um instrumento de coleta de informações junto aos estudantes, realizado por meio de um questionário que mapeia as competências socioemocionais prioritárias de cada turma, com base na Matriz de Saberes do Currículo do Espírito Santo.

As competências socioemocionais previstas na BNCC abrangem conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao autoconhecimento, à autorregulação, à convivência e à tomada de decisões responsáveis. Nesse sentido, a Autoavaliação Socioemocional se apresenta como uma ferramenta que reforça o papel da escola na promoção dessas aprendizagens, oferecendo aos educadores subsídios para compreender melhor seus alunos e planejar ações pedagógicas mais integradas, reflexivas e adequadas às necessidades de cada turma.

A avaliação é realizada em formato digital, com a participação dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (EF) e de todas as séries do Ensino Médio (EM). Os resultados geram relatórios que subsidiam o planejamento de intervenções pedagógicas alinhadas ao componente curricular de Projeto de Vida.

Dessa forma, a Autoavaliação Socioemocional constitui uma prática pedagógica voltada à escuta, à reflexão e ao acolhimento em sala de aula. Essa iniciativa apoia o planejamento de estratégias que favorecem aprendizagens mais significativas, valorizando as particularidades e potencialidades de cada estudante.

A Autoavaliação Socioemocional representa um avanço ao reconhecer a centralidade dessas competências no processo educativo. Contudo, sua efetividade depende da capacidade das escolas de integrar seus resultados ao trabalho pedagógico cotidiano, evitando que o instrumento se reduza a um preenchimento protocolar. À luz de Hoffmann (2014), práticas avaliativas que não geram diálogo, escuta e intervenção pedagógica tendem a perder seu sentido formativo, mesmo quando bem-intencionadas em seu desenho.

### **Avaliação da Fluência em Leitura**

A Avaliação da Fluência em Leitura visa identificar, por meio da oralidade, o nível de fluência em leitura dos estudantes (pré-leitor, leitor iniciante e fluente), para que sejam desenvolvidas ações que consolidem seus processos de alfabetização. Ela é desenvolvida no âmbito do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), instituído pela Lei Estadual nº 10.631/2017, em

parceria entre a SEDU e as Secretarias Municipais de Educação. A avaliação é anual e envolve os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental das redes estadual e municipais.

A realização dos testes é guiada por roteiros padronizados (via do professor e via do aluno) para a gravação, por meio de um aplicativo, das leituras individuais dos estudantes, que, dentro de um determinado tempo, leem um conjunto de palavras familiares ao seu cotidiano (com sílabas canônicas e não canônicas), outro de palavras possivelmente desconhecidas e um texto narrativo adequado a sua etapa de ensino, seguido de três questões de compreensão. Após a gravação, essas leituras são sincronizadas e enviadas automaticamente à instituição contratada, para análise da velocidade, precisão, prosódia e compreensão leitora de cada estudante.

Os resultados dessa avaliação permitem que a escola identifique o nível de leitura de cada estudante, possibilitando orientar o (re)planejamento pedagógico das redes e das escolas, além de subsidiar políticas públicas de educação voltadas à consolidação da alfabetização na idade certa.

A Avaliação da Fluência em Leitura oferece dados relevantes para o acompanhamento da alfabetização e para o planejamento de políticas públicas voltadas à consolidação da leitura nos anos iniciais. Entretanto, o uso pedagógico desses resultados requer cautela, especialmente para evitar práticas de rotulação precoce dos estudantes. Conforme Perrenoud (1999), avaliações que classificam níveis de desempenho devem estar articuladas a estratégias pedagógicas que promovam a progressão das aprendizagens, sob pena de reforçarem desigualdades já existentes no percurso escolar.

### **Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem (AMA)**

A AMA tem como finalidade identificar avanços e defasagens no processo de ensino e aprendizagem, fornecer dados que orientem o replanejamento pedagógico e as ações de reforço, além de subsidiar políticas educacionais voltadas ao acompanhamento contínuo da aprendizagem (Espírito Santo, 2025, p.53). É aplicada aos estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a todas as séries do Ensino Médio. Nos anos pares, a avaliação também contempla os alunos do 4º e do 8º ano do Ensino Fundamental. A avaliação focaliza os componentes de Língua Portuguesa e Matemática e é realizada em três edições anuais.

A AMA possui caráter processual e contínuo, diferenciando-se das avaliações externas de larga escala de natureza somativa. Seus resultados são disponibilizados em curto prazo, permitindo que as escolas realizem análises mais detalhadas e adotem medidas pedagógicas direcionadas às necessidades dos estudantes. Os instrumentos avaliativos são elaborados com base na BNCC

e no Currículo do Espírito Santo, assegurando coerência com o que é trabalhado em sala de aula. Dessa forma, a AMA configura-se como uma ferramenta estratégica para o acompanhamento das aprendizagens ao longo do ano letivo e para o fortalecimento das práticas formativas nas unidades escolares.

A AMA apresenta um desenho consistente com os princípios da avaliação formativa, especialmente por seu caráter processual e pela devolutiva em curto prazo. No entanto, sua contribuição efetiva para a melhoria da aprendizagem depende das condições objetivas de trabalho nas escolas, como tempo para análise dos dados, formação docente e apoio pedagógico contínuo. Sem esses elementos, a avaliação corre o risco de assumir uma função meramente instrumental, distanciando-se do papel regulador da aprendizagem defendido por Perrenoud (1999).

### **Programa de Avaliação da Educação do Espírito Santo (Paebes/Paebes Alfa)**

O Paebes/Paebes Alfa tem como objetivo avaliar a consolidação das habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao final de cada etapa. Seus resultados orientam o planejamento pedagógico de gestores e professores, além de subsidiar políticas educacionais voltadas à equidade e à qualidade da educação capixaba. Para uma análise mais completa, são aplicados questionários contextuais a diretores, professores, estudantes e responsáveis, visando compreender aspectos de formação, práticas pedagógicas, gestão escolar, clima escolar e condições socioeconômicas (SEDU, 2025).

O Paebes/Paebes Alfa é realizado anualmente, de forma censitária, em todas as escolas das Redes Públicas Estadual e Municipais de Ensino e, por adesão, na Rede Privada. O Paebes Alfa avalia o nível de apropriação dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática, já o Paebes avalia os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio nessas mesmas áreas. Em anos alternados, também são avaliados os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio em Ciências da Natureza, nos anos ímpares, e em Ciências Humanas, nos anos pares (ESPÍRITO SANTO, 2025, p.53).

Embora o Paebes tenha natureza somativa, seus resultados são devolvidos às unidades de ensino com finalidade formativa, a fim de que ele possa subsidiar o planejamento docente, direcionando intervenções pedagógicas e sustentando processos de recomposição das aprendizagens (Zucolotto, 2025).

Ainda que o Paebes/Paebes Alfa possua natureza somativa e cumpra funções importantes de diagnóstico sistêmico e prestação de contas, sua apropriação pedagógica pelas escolas constitui

um desafio. A leitura superficial dos resultados, muitas vezes restrita a rankings ou comparações entre unidades escolares, tende a obscurecer a análise das aprendizagens efetivamente desenvolvidas. Como alertam Luckesi (2011) e Hoffmann (2014), a avaliação perde seu potencial formativo quando desvinculada do currículo e do planejamento docente, reforçando lógicas de controle em detrimento da reflexão pedagógica.

As atividades de planejamento, operacionalização e aplicação das avaliações realizadas no âmbito do Sicaeb contam com o apoio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), instituição aplicadora contratada pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu).

Os resultados das avaliações são disponibilizados na plataforma Avaliação e Monitoramento da Educação do Espírito Santo<sup>5</sup>, também gerenciada pelo CAEd, e integrados a painéis de acompanhamento elaborados pela Sedu, voltados a gestores e professores. Esses instrumentos subsidiam ações estratégicas, como reorientação pedagógica, formação continuada e implementação de programas de intervenção voltados à melhoria da aprendizagem.

### **Entre a teoria e a prática: desafios contemporâneos**

Apesar dos avanços na sistematização das avaliações externas no Espírito Santo, persiste o desafio de transformar os resultados obtidos em ações pedagógicas concretas e efetivas. Segundo Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, voltado à melhoria da aprendizagem e não à simples classificação de alunos ou escolas. No entanto, na prática, os resultados das avaliações ainda são, muitas vezes, utilizados de forma punitiva ou burocrática, distanciando-se de sua função pedagógica.

De acordo com Perrenoud (1999), a consolidação de uma verdadeira cultura avaliativa exige compreender a avaliação como instrumento de regulação das práticas de ensino e de apoio ao desenvolvimento das competências dos estudantes. Para isso, é necessário que gestores e professores consigam interpretar os dados das avaliações externas, relacionando-os ao currículo e planejando intervenções pedagógicas fundamentadas nessas evidências. Fernandes (2009) reforça que tal processo depende de condições institucionais específicas — tempo para análise, formação continuada e apoio técnico —, sem as quais a leitura dos resultados tende a se limitar a comparações numéricas entre escolas, sem repercussões efetivas sobre a aprendizagem.

---

<sup>5</sup> Os resultados podem ser acessados na plataforma de acordo com o perfil de cada profissional no seguinte endereço: <https://avaliacaoemontoramentoespirtosanto.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>

As avaliações externas, ao oferecerem um retrato do desempenho dos estudantes em larga escala, funcionam como um importante instrumento de diagnóstico da qualidade da educação. Seus resultados permitem às escolas identificarem habilidades consolidadas e fragilidades, favorecendo o planejamento de intervenções pedagógicas e a readequação dos programas de ensino. Nesse sentido, a análise criteriosa dos relatórios do PAEBES, da AMA, da Avaliação Diagnóstica e da Avaliação da Fluência em Leitura deve servir como ponto de partida para o replanejamento escolar e a elaboração de estratégias que promovam a equidade e a melhoria da qualidade educacional.

Como afirma Hoffmann (2014), a avaliação deve ser compreendida como parte integrante do processo educativo, em diálogo constante com a prática docente. Assim, o uso pedagógico das avaliações externas requer que as escolas as reconheçam como ferramentas diagnósticas, capazes de revelar potencialidades e fragilidades do ensino, e não como instrumentos de controle.

O desafio está, portanto, em transformar dados em conhecimento pedagógico. Isso implica que gestores e professores analisem os resultados de modo colaborativo, integrando-os às informações das avaliações internas da escola. Ao considerar ambos os instrumentos — externos e internos —, é possível construir uma leitura mais ampla e contextualizada do processo educativo, articulando os dados quantitativos a evidências qualitativas observadas no cotidiano escolar.

As equipes escolares que se apropriam dos resultados com esse olhar analítico e reflexivo conseguem perceber nas avaliações pistas valiosas sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Reuniões de estudo dos relatórios e replanejamento de sequências didáticas com base nos descritores de menor desempenho são exemplos de ações que traduzem a teoria em prática e evidenciam o papel formativo da avaliação.

A superação desses desafios requer o fortalecimento de uma cultura avaliativa colaborativa, na qual todos os entes envolvidos no processo educacional compreendam que a avaliação é um ponto de partida para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para a garantia do direito de aprender.

## **5. Considerações Finais**

As concepções contemporâneas de avaliação educacional têm enfatizado seu caráter formativo e processual, defendendo que avaliar é parte integrante do ato de ensinar e aprender. Nesse sentido, a avaliação torna-se um mecanismo de acompanhamento contínuo das aprendizagens,

capaz de orientar intervenções pedagógicas e promover o avanço dos estudantes em seus percursos escolares.

No contexto do Espírito Santo, as políticas públicas de avaliação — consolidadas no Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb) — refletem, em certa medida, essas concepções. Avaliações como o Paebes/Paebes Alfa vêm oferecendo informações valiosas sobre o desenvolvimento das habilidades dos alunos, auxiliando na compreensão dos desafios educacionais da rede. Ao disponibilizar dados sobre o desempenho e sobre os contextos que influenciam a aprendizagem, essa avaliação fornece subsídios para o planejamento de ações pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, reforçando, assim, a função formativa da avaliação.

Contudo, os desafios entre a teoria e a prática ainda são significativos. Embora as políticas expressem, em seus fundamentos, uma visão formativa da avaliação, nem sempre essa concepção se concretiza plenamente no cotidiano escolar. Persistem práticas de uso punitivo ou meramente classificatório dos resultados, além de leituras superficiais dos dados, o que dificulta a apropriação pedagógica efetiva das informações. Essa distância revela a necessidade de fortalecer a cultura avaliativa nas escolas, compreendendo a avaliação como um processo de escuta e reflexão coletiva sobre as aprendizagens.

Quando as escolas e os professores se apropriam dos resultados das avaliações externas, a avaliação cumpre sua função reguladora e transformadora. A partir dessa reflexão, torna-se possível reorganizar a prática pedagógica, redefinindo-se as prioridades. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem realizada em sala de aula e as avaliações externas não se opõem: elas dialogam e se complementam, uma fornecendo o olhar cotidiano e individualizado, e a outra, a visão sistêmica e diagnóstica necessária ao planejamento educacional.

Melhorar a aprendizagem, portanto, demanda ações integradas e colaborativas. As políticas de avaliação do Espírito Santo têm avançado nesse sentido, mas sua plena contribuição para a aprendizagem depende, sobretudo, de uma mudança cultural: enxergar a avaliação como parte viva do processo educativo.

## 6. Referências

- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. **Handbook on formative and summative evaluation of student learning**. New York: McGraw-Hill, 1971.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017: institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo – SICAEB.** *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, 25 maio 2017. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3780#/p:26/e:3780>. Acesso em: 23 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 277-R, de 8 de outubro de 2025: reestrutura o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica – SICAEB no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo.** *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, 9 out. 2025.

ESTEVES, T. **Avaliação em larga escala.** In: ROTHEN, J. C.; ESTEVES, T.; OLIVEIRA, I. dos S. **Glossário brasileiro de avaliação educacional.** 2021. Disponível em: <https://rothen.pro.br/site/category/glossario-brasileiro-de-avaliacao-educacional/>. Acesso em: 21 out. 2025.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** In: HAYDT, R. C. C. **Didática geral.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 286–287.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

HOFFMANN, J. **Rumos da avaliação neste século.** In: HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018. p. 15–35.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso.** In: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática.** 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005. p. 168–180.

LUCKESI, C. C. **Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica.** In: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 121–138.

PERRENOUD, P. **A avaliação entre duas lógicas.** In: PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens.** Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 9–23.

ROCHA, G. **Avaliação externa.** Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), 2024. Disponível em: <https://ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/avaliacao-externa>. Acesso em: 21 out. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDU). **Guia informativo – avaliações externas no ES.** Disponível em: <https://sites.google.com/edu.es.gov.br/avaliacoes-externas-es-2024/in%C3%ADcio>. Acesso em: 11 nov. 2025.

WYLIE, E. C. et al. **Improving formative assessment practice to empower student learning**. Thousand Oaks, CA: Corwin Press, 2013.

ZUCOLOTTO, G. P. **Repercussões no sistema educacional (feitos e efeitos)**. In: SANTANA, B. S.; FERREIRA, C. B. F.; ZUCOLOTTO, G. P.; ANGELO, V. A. de. **PAEBES 25 anos: a trajetória do PAEBES na construção de políticas educacionais no Espírito Santo**. Vitória: Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU); Fino Traço Editora, 2025. p. 103–133. Disponível em: <https://www.finobracoeditora.com.br/e-book-paebes-25-anos-a-trajetoria-do-paebes-na-construcao-de-politicas-educacionais-no-espírito-santo>. Acesso em: 24 out. 2025